



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



13-12-16

SEB

97 TC-002133/026/15

Prefeitura Municipal: Castilho.

Exercício: 2015.

Prefeito: Joni Marcos Buzachero.

Períodos: (01-01-15 a 11-01-15) (11-02-15 a 31-12-15).

Substituto Legal: Vice-Prefeito - Paulo Duarte Boaventura.

Período: (12-01-15 a 10-02-15).

Advogado: Fátima Aparecida dos Santos (OAB/SP nº 161.749).

Acompanham: TC-002133/126/15 e Expedientes: TC-021866/026/16.

Procuradora de Contas: Élide Graziane Pinto.

Título	EXERCÍCIOS				
	2011 (1)	2012 (2)	2013 (3)	2014 (4)	2015
Aplicação no Ensino – CF, art. 212 (mínimo 25%)	31,97%	33,65%	32,59%	34,11%	33,31%
FUNDEB – Lei federal nº 11.494/07, art. 21, caput e §2º (100%)	100%	100%	100%	100%	100%
Pessoal do Magistério – ADCT da CF, art. 60, XII (mínimo 60%)	87,98%	85,78%	85,87%	92,96%	86,93%
Despesa com Pessoal – LRF, art. 20, III, “b” (máximo 54%)	40,22%	43,60%	45,68%	51,05%	49,88%
Saúde – ADCT da CF, art. 77, III (mínimo 15%)	25,23%	26,74%	29,73%	29,62%	29,53%
Execução Orçamentária - Prefeitura	Superávit 6,41%	Déficit (2,83%)	Superávit 2,02%	Déficit (1,67%)	Déficit (0,22%)
Encargos Sociais (INSS, PASEP e FGTS)	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular
Precatórios	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular
Transferência ao Legislativo CF art. 29-A, I	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular
Emissão de Parecer	Favorável	Favorável	Favorável	Favorável	
Atual Qualificação do IEGM				B+	B+
ATJ: Favorável	MPC: Favorável		SDG: -		

Legenda:

(1) TC-000911/026/11 - Relator E. Auditor Substituto de Conselheiro SAMY WURMAN (DOE de 15-06-2013).

(2) TC-001500/026/12 - Relatora E. Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES (DOE de 21-10-2014).

(3) TC-001568/026/13 - Relator E. Conselheiro RENATO MARTINS COSTA (DOE de 28-02-2015).

(4) TC-000041/026/14 - Relatora E. Conselheira CRISTIANA DE CASTRO MORAES (DOE de 30-09-2016).

Município: Porte Pequeno

Região Administrativa: Araçatuba

Quantidade de Habitantes: 19.412.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



1. RELATÓRIO:

1.1 Versam os autos sobre as contas da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTILHO**, exercício de 2015.

1.2 Nos termos da Resolução nº 01/2012, artigo 1º, § 1º¹, foi realizada “**Fiscalização Seletiva**” ou “**Fiscalização por Convalidação**” (TC-A-039686/026/15²) no Município de Castilho por estar ele incluído entre os 254 (duzentos e cinquenta e quatro) Municípios Paulistas que cumpriram conjuntamente os seguintes requisitos:

- I) parecer favorável nas contas dos três últimos exercícios;
- II) receita arrecadada inferior a R\$ 1 bilhão de reais (R\$ 77.203.461,00);
- III) bons indicadores no IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal.

Para tanto, a Fiscalização baseou-se nas seguintes fontes documentais:

- a) prestação de contas do exercício em exame, encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo;
- b) resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema AUDESP, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
- c) leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a ressalvas,

¹ **RESOLUÇÃO Nº 01/2012**

TC-A-023486/026/10

“Aprova novos procedimentos de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e dá outras providências.

(...)”

DAS CONTAS

Artigo 1º - Os procedimentos fiscalizatórios incidentes nos exames de contas anuais, tanto estaduais como municipais, serão seletivos, conforme critérios objetivos a serem oportunamente definidos.

§ 1º - Com prévia autorização do Conselheiro Relator e mediante o critério da amostragem, os procedimentos fiscalizatórios poderão compreender também exames concomitantes ao exercício em curso.

(...)”.

² **TC-A-039686/026/15** - Origem: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo x Interessada: AUDESP. Objetivo: Implantação do Sistema de Fiscalização Seletiva - Variações nos Relatórios de Fiscalização.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



advertências e recomendações;

d) análise das informações apresentadas em banco de dados como o SisRTS – Sistema de Repasses Públicos ao Terceiro Setor, o SisCAA – Sistema de Controle de Admissão e Aposentadoria/Pensão, o SIAP – Sistema Integrado de Atos de Pessoal e o PFIS – Planejamento de Fiscalização;

e) indicadores finalísticos componentes do IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal.

Conforme publicação realizada por esta Corte de Contas³, o Município de Castilho apresentou os seguintes indicadores nos exercícios de 2014 e 2015:

2014	2015	I-EGM	Objetivo
A	B+	I-EDUC	Este índice reuniu informações sobre avaliação escolar, Conselho Municipal de Educação, Plano Municipal de Educação, infraestrutura, merenda escolar, qualificação de professores, transporte escolar, quantitativo de vagas, material escolar e uniformes escolares.
B+	B+	I-SAÚDE	Este tema por meio de uma série de quesitos específicos, com ênfase nos processos realizados pelas Prefeituras relacionados à Atenção Básica, Equipe Saúde da Família, Conselho Municipal de Saúde, atendimento à população para tratamento de doenças como tuberculose, hanseníase e cobertura das campanhas de vacinação e orientação à população.
A	B+	I-PLANEJ.	Verificou a consistência entre o que foi planejado e o efetivamente executado, por meio da análise dos percentuais gerados pelo confronto destas duas variáveis. Nesse confronto, além dos aspectos relacionados ao cumprimento do que foi planejado, também foi possível identificar a existência de coerência entre as metas físicas alcançadas e os recursos empregados, bem como entre os resultados alcançados pelas ações e seus reflexos nos indicadores dos programas.
B+	B+	I-FISCAL	Este índice mediu o resultado da gestão fiscal por meio da análise da execução financeira e orçamentária, das decisões em relação à aplicação de recursos vinculados, da transparência da administração municipal e da obediência aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.
B+	A	I-AMB	O Índice Municipal do Meio Ambiente mediu o resultado das ações relacionadas ao meio ambiente que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas. Este índice contém informações sobre resíduos sólidos, educação ambiental, estrutura ambiental e conselho ambiental.
B+	C	I-CIDADE	O Índice mediu o grau de envolvimento do planejamento municipal na proteção dos cidadãos frente a possíveis eventos de sinistros e desastres. Reuniu informações sobre Plano de Contingência, identificação de riscos para intervenção do Poder Público e infraestrutura da Defesa Civil.
C	C	I-GOV-TI	O Índice mediu o conhecimento e o uso dos recursos de Tecnologia da Informação em favor da sociedade e reuniu informações sobre políticas de uso de informática, segurança da informação, capacitação do quadro de pessoal e transparência.

³

Endereço Eletrônico: www.tce.sp.gov.br.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



MÉDIA GERAL APURADA:

Município de CASTILHO		Região de Araçatuba		Estado de São Paulo	
2014	2015	2014	2015	2014	2015
B+	B+	B	B	B	B

Legenda:

A = Altamente Efetiva - IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e, no mínimo, 5 (cinco) índices com nota **A**.

B+ = Muito Efetiva - IEGM entre 75% e 89,9% da nota máxima.

B = Efetiva - IEGM entre 60% e 74,9% da nota máxima.

C+ = Em Fase de Adequação - IEGM entre 50% e 59,9% da nota máxima.

C = Baixo Nível de Adequação - IEGM menor ou igual a 49,9%.

Observa-se que o Município de CASTILHO manteve a média geral obtida no exercício de 2014 (**B+**), que está acima da média apurada na Região de Araçatuba e no Estado de São Paulo (**B**).

Verifica-se, no entanto, que, no exercício em exame, o Município regrediu nos indicadores I-EDUC [de (**A**) para (**B+**)], I-PLANEJ [de (**A**) para (**B+**)] e I-CIDADE [de (**B+**) para (**C**)].

Referidas quedas originaram-se:

- **I-EDUC** foram incluídos quesitos nos Assuntos Avaliação Escolar, Entrega de Material e Uniforme, Infraestrutura, Início ano Letivo, Merenda, Mínimo Constitucional, Professor e Vagas;

- **I-PLANEJ** foram inseridos quesitos nos Assuntos Audiências Públicas, Execução Orçamentária, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, Levantamento de Dados, LOA – Lei Orçamentária Anual, Outros Componentes para as Peças de Planejamento, Peças de Planejamento, Pessoal e Sistema Informatizado;

- **I-CIDADE** foram incluídos quesitos nos Assuntos Contingenciamento e constatadas respostas divergentes nos Assuntos Infraestrutura, Pessoal e SÍDEC – Sistema da Defesa Civil Estadual.

1.2 O relatório da fiscalização *in loco* realizada pela Unidade Regional de Andradina – UR.15 (fls. 13/29) apontou:

3.1.1. Demais Aspectos Relacionados à Educação (fl. 18):

- as escolas do Município não possuem o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, exigência emanada no Decreto estadual nº 56.819/11.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



3.2.1. Demais Aspectos Relacionados à Saúde (fls. 18/19):

- as Unidades de Saúde do Município não possuem o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, conforme exigido pelo Decreto estadual nº 56.819/11.

12. Atendimento às Determinações e/ou Recomendações do TCESP (fls. 21/22):

- atendimento parcial às recomendações exaradas nas contas dos exercícios de 2012 e 2013.

14.1. Tesouraria (fl. 22):

- o Município não possui cargo efetivo de Tesoureiro, mas sim função de confiança exercida por um funcionário designado por portaria, contrariando o disposto nos incisos II e V do artigo 37 da Constituição Federal (falha reincidente).

14.2. Bens Patrimoniais (fls. 22/23):

- o prédio público onde deveria funcionar a creche municipal encontra-se em situação de abandono e deteriorado.

14.3. Execução Contratual (fls. 23/24):

- Serviço de Monitoramento de Alunos - liquidação de despesas sem a comprovação da realização dos serviços, ocasionando pagamento indevido no montante de R\$ 51.519,33, contrariando o artigo 63 da Lei federal nº 4.320/64 e o contrato firmado.

14.4. Cargos de Provimento em Comissão (fls. 24/27):

- cargos de provimento em comissão em desacordo com o disposto no artigo 37, inciso V, da Constituição Federal (falha reincidente);
- o ordenamento que regula a contratação de servidores comissionados não define a escolaridade e a experiência profissionais necessários aos ocupantes de cargos em comissão.

1.3 Acompanha os autos o Expediente TC-021866/026/16, por meio do qual a Diretora de Secretaria da Vara de Trabalho de Andradina - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região encaminhou cópia da inicial, da contestação e da r. Sentença proferida nos autos do Processo nº 0000131-71.2014.5.15.0056 RTOrd., tendo como Reclamante Dionísia dos Santos Pardim e Reclamado o Município de CASTILHO.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



1.4 Regularmente notificado (DOE de 13-07-16 – fl. 35), o Prefeito JONI MARCOS BUZACHERO apresentou justificativas (fls. 43/52) e documentos (fls. 53/82).

Especificamente em relação aos itens **3.1.1. Demais Aspectos Relacionados à Educação**, **3.2.1. Demais Aspectos Relacionados à Saúde**, **14.3. Execução Contratual** e **14.4. Cargos de Provimento em Comissão**, sustentou:

3.1.1. Demais Aspectos Relacionados à Educação e **3.2.1. Demais Aspectos Relacionados à Saúde** (fl. 44 e fls. 54/56):

A Prefeitura deu entrada na solicitação de laudo de Vistoria do Corpo de Bombeiros para as referidas unidades, estando no aguardo das devidas adequações.

14.3. Execução Contratual – Serviço de Monitoramento de Alunos (fls. 50/51):

Infelizmente, o contrato não ficou claro em relação à quantidade de meses a serem pagos para a Contratada. Em um contrato de prestação de mão de obra é fundamental que os custos relativos ao período em que os serviços não serão prestados estejam contidos no preço final. Nesse caso, fundamental seria que o valor pago ao monitores no período de férias das escolas estivesse previsto no preço contratado.

Porém, isto não ocorreu. O fornecedor ao fazer os cálculos deixou de considerar o valor a ser pago no período em que os monitores não estivessem prestando serviço para a administração municipal. Para tanto basta analisar o preço cobrado mensalmente e a estrutura mínima de custos que a empresa tinha, isto sem levar em consideração os custos indiretos que a empresa com certeza tem com o salário de um possível supervisor.

14.4. Cargos de Provimento em Comissão (fls. 51/52):

A questão dos cargos em comissão foi resolvida em 2014 com a reforma administrativa que reduziu de 120 (cento e vinte) para 39 (trinta e nove) os cargos em comissão. Portanto, as falhas reincidentes foram sanadas com essa reforma, em que se decidiu, também, deixar a questão da escolaridade em aberto para que o Chefe do Poder Executivo pudesse nomear indivíduos com competência, porém sem a formação máxima.

1.5 A **Unidade de Economia da Assessoria Técnico-Jurídica** (fls. 85/86) por não antever desacertos nos aspectos econômico-financeiros



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



dignos de nota, concluiu pela emissão de parecer favorável às contas de 2015 apresentadas pela Municipalidade.

A **Unidade Jurídica** (fls.87/90) opinou também pela emissão de parecer favorável, diante dos resultados contábeis considerados satisfatórios pelo Setor Especializado e tendo em vista que foram observadas as regras impostas à Administração no que tange aos investimentos mínimos e limites reclamados pela Carta Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A **Chefia** do órgão (fl. 91) endossou tais posicionamentos pela emissão de parecer favorável, com proposta de recomendação ao Prefeito para que regularize e não reincida nas falhas apontadas pela Fiscalização.

1.6 De igual modo, o **Ministério Público de Contas** (fls. 92/98) pugnou pela emissão de parecer favorável, com ressalvas, uma vez que as contas apresentam-se dentro dos padrões esperados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, propondo a abertura de autos próprios para apuração da falha registrada e adoção de providências em relação ao item **14.3. Execução Contratual**, referente ao pagamento indevido do serviço de monitoramento de alunos.

1.7 Dados Complementares:

a) Receita *Per Capita* do Município em Relação à Média dos Municípios Paulistas:

RECEITA ARRECADADA NO EXERCÍCIO DE 2015	NÚMERO DE HABITANTES	RECEITA PER CAPITA	MÉDIA DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS	ACIMA DA MÉDIA
R\$ 77.203.461,00	19.412	R\$3.977,10	R\$ 2.797,86 Geral	42,15% Geral
			R\$ 3.320,70 Individualizada	19,77% Individualizada

Fonte: AUDESP



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



b) Indicadores de Desenvolvimento
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

ANOS INICIAIS - 4ª SÉRIE/5º ANO

CASTILHO (*)	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Crescimento		4%	-	-	20%	10%
IDEB	4.7	4.9	4.9	4.9	5.9	6.5
Meta	-	4.8	5.1	5.5	5.8	6.0

(*) Fonte: <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado>

Comparativo com o Federal e o Estadual

Entes Federativos (*)	Observado					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015
CASTILHO	4.7	4.9	4.9	4.9	5.9	6.5
Estado de SP – Pública	4.5	4.8	5.3	5.4	5.8	6.2
Brasil – Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3

(*) Fonte: <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado>

ANOS FINAIS - 8ª SÉRIE/9º ANO

CASTILHO (*)	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Crescimento		3%	18%	- 4%	5%	11%
Ideb	3.8	3.9	4.6	4.4	4.6	5.1
Meta	-	3.8	4.0	4.3	4.7	5.0

(*) Fonte: <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado>

Comparativo com o Federal e o Estadual

Entes Federativos (*)	Observado					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015
CASTILHO	3.8	3.9	4.6	4.4	4.6	5.1
Estado de SP – Pública	3.8	4.0	4.3	4.4	4.4	4.7
Brasil – Pública	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0	4.2

(*) Fonte: <http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado>



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



c) Investimento na Educação *Per Capita* (Recursos Próprios considerando o “plus” aplicado do FUNDEB, quando houver).

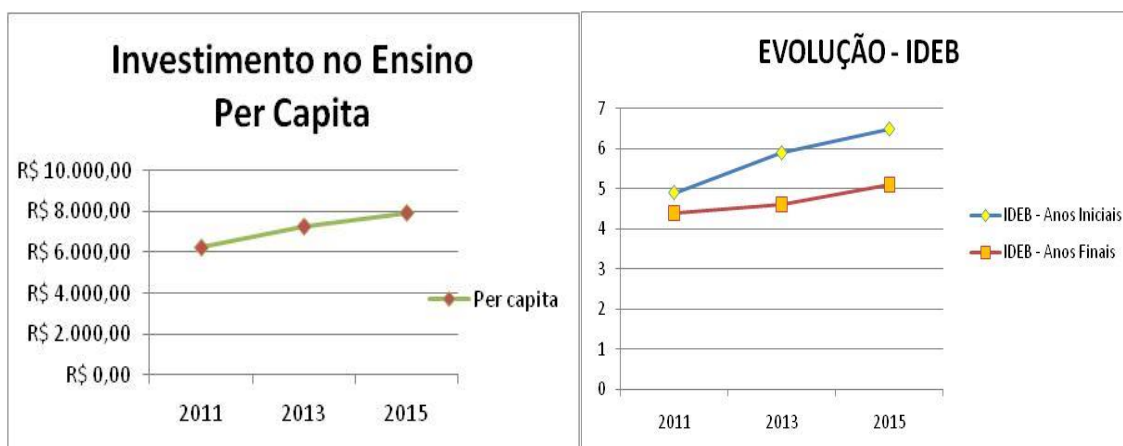
Exercício	Recursos Próprios RS	FUNDEB - Perda ou Plus (1) R\$	Aplicação Excedente do FUNDEB (2)	TOTAL - R\$	Nº de Matrículas (3)	Per Capita R\$
2011	17.845.130,16	- 4.426.352,53	-	13.418.777,63	2149	6.244,20
2013	20.701.395,81	- 4.203.707,81	-	16.497.688,00	2269	7.270,91
2015	21.724.869,89	- 3.107.476,69	-	18.617.393,20	2344	7.942,57

(1) Total Receitas do FUNDEB (-) Receitas Retidas do FUNDEB

(2) Valor Aplicado no FUNDEB (-) Total Receitas do FUNDEB

(3) Fonte: endereço eletrônico <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>

d) Investimento *Per Capita* em relação à Evolução do IDEB.



Os gráficos indicam que o Município apresentou, nos exercícios de 2013 a 2015, crescimento no investimento *per capita* [R\$ 7.270,91 (2013) e R\$ 7.942,57 (2015)] e progressão nos indicadores IDEB, tanto na 4ª série/5º [5.9 (2013) para 6.5 (2015)] quanto na 8ª série/9º ano [4.6 (2013) para 5.1 (2015)], tendo atingido as metas projetadas para o exercício.

É o relatório.



2. VOTO

2.1 A instrução dos autos demonstra que o **Município de Castilho** observou as normas constitucionais e legais no que se refere à Aplicação no Ensino, Saúde, Despesa com Pessoal, Remuneração dos Profissionais do Magistério, FUNDEB, Transferências de Duodécimos ao Legislativo, Precatórios, Remuneração dos Agentes Políticos, CIDE, Royalties, Multas de Trânsito e Encargos Sociais (PASEP, INSS e FGTS).

2.2 Em relação aos **indicadores econômico-financeiros**, o Município apresentou déficit de arrecadação de R\$ 6.838.468,04 (8,14% da receita prevista de R\$ 84.041.929,04) e o resultado orçamentário foi deficitário em R\$ 167.007,38, totalmente amparado, entretanto, pelo superávit financeiro do exercício anterior de R\$ 4.303.288,91.

O resultado financeiro apresentou superávit de R\$ 4.841.552,99, cerca de 12,51% maior do que o auferido em 2014.

Os restos a pagar diminuíram 2,87%, quando comparados ao exercício anterior (de R\$ 8.187.815,10 para R\$ 7.952.425,76) e as dívidas de curto prazo totalizaram R\$ 6.461.377,80, que, frente às disponibilidades de R\$ 15.577.549,22, demonstram que o Município possuía recursos para saldar suas dívidas ao final do exercício.

O endividamento total do Município (R\$ 7.334.680,14) frente à sua RCL (R\$ 76.411.682,06) representa 9,60%.

2.3 Quanto às impropriedades apontadas pela Fiscalização, ainda que possam ensejar advertências com vista à sua regularização, não apresentam gravidade suficiente para macular a totalidade dos presentes demonstrativos.

2.4 Diante do exposto, voto pela emissão de **parecer prévio favorável**, com ressalvas, à aprovação das contas da **PREFEITURA DE CASTILHO**, relativas ao exercício de 2015.

2.5 Determino, à margem do Parecer, a expedição de ofício ao Chefe do Executivo com as seguintes advertências:

a) Adote as devidas providências de modo a corrigir as irregularidades constatadas nos prédios públicos, com a obtenção dos



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo



respectivos Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros para as unidades escolares e de saúde e com as devidas adequações do imóvel onde deveria funcionar a creche municipal.

b) Observe, com rigor, as normas da Lei federal nº 8.666/93 e a jurisprudência deste Tribunal, formalizando adequadamente os respectivos contratos, acompanhando devidamente a sua execução e observando nos pagamentos o artigo 63 da Lei federal nº 4.320/64 e as pertinentes cláusulas contratuais.

c) Reavalie seu Quadro de Pessoal, criando cargo de provimento efetivo de Tesoureiro e atentando, em relação aos cargos em comissão, para o disposto no artigo 37, V, da Constituição Federal, de modo que suas atribuições efetivamente se caracterizem como de chefia, assessoramento ou direção, observada a exigência de conhecimentos técnicos especializados compatíveis com a excepcionalidade dessas atividades.

d) Atenda integralmente às recomendações desta Corte de Contas.

Determino, ainda, que o processo acessório TC-002133/126/15 e o expediente TC-021866/026/16 permaneçam apensados a estes autos.

A Fiscalização deverá verificar, na próxima inspeção, a adoção de providências regularizadoras, inclusive, em face do decidido nos autos da Reclamação Trabalhista, de que trata o Expediente TC-021866/026/16.

2.6 Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2016.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
CONSELHEIRO